

Você está aqui: [Página Inicial](#) > [Notícias](#) > [Agência Câmara de Notícias](#) > [Direitos Humanos](#) > [Violência sexual: governo quer aumentar atendimento em 50%](#)

Agência Câmara de Notícias

Administração Pública

Agropecuária

Assistência Social

Cidades

Ciência e Tecnologia

Comunicação

Consumidor

Direito e Justiça

Direitos Humanos

Economia

Educação e Cultura

Esportes

Indústria e Comércio

Meio Ambiente

Política

Relações Exteriores

Saúde

Segurança

Trabalho e Previdência

Transporte e Trânsito

Turismo

INTERAÇÃO

Assinar RSS

Facebook

Fale conosco

Widget

Twitter

OUTROS VEÍCULOS

Banco de imagens

Jornal da Câmara

Rádio Câmara

TV Câmara

Boletim eletrônico
Cadastre-se

Agenda e
cobertura do dia

Notas sobre
discursos

Bate-papos

Enquetes

Infográficos



Comentar

Enviar opinião para os deputados

Imprimir

19/04/2012 19:29

Violência sexual: governo quer aumentar atendimento em 50%

Em audiência nesta quinta-feira na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a violência contra a mulher, o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães, informou que o governo tem como meta para 2012 aumentar em 50% os atuais 522 serviços de saúde para atendimento a violência sexual.

Ele defendeu como fundamental a ação integrada entre a assistência social, segurança pública, saúde e justiça. "Estamos ampliando o serviço Sentinela de Urgência, da Rede de Serviços Sentinela de Vigilância de Violências e Acidentes (Rede Viva), que inclui uma ficha de notificação e investigação de violência doméstica, sexual e outras violências interpessoais", explicou.

Além de Helvécio Magalhães, a CPMI ouviu representantes dos ministérios da Educação e da Justiça. Para a presidente da comissão, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), os três ministérios são fundamentais no enfrentamento da violência contra a mulher. Segundo avaliou, o Ministério da Saúde é a porta de entrada da mulher vítima de agressões, que precisa buscar uma assistência à saúde. "O Ministério da Justiça é o que pode normatizar e contribuir na elevação do combate à impunidade; e o Ministério da Educação é o que pode construir uma nova cultura", apontou.

Segurança

A diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Cristina Vila Nova, informou que a secretaria tem investido na formação dos profissionais de segurança pública na área do atendimento às mulheres em situação de violência e no fortalecimento das Delegacias de Atendimento às Mulheres.

Cristina Vila Nova disse ainda que, desde 2007, o ministério desenvolve o projeto Mulheres da Paz, que tem como objetivo incentivar as mulheres a construir e fortalecer redes sociais de prevenção e enfrentamento da violência.

Educação

O Ministério da Educação, informou o coordenador geral de Direitos Humanos, Fábio Meirelles, tem uma política de educação continuada de professores e profissionais quanto à questão de gênero. Desde 2006, o programa formou cerca de 50 mil professores.

Ele esclareceu que o ministério não tem um sistema unificado para garantir a inclusão do termo igualdade de gênero nos currículos e, além disso, as secretarias estaduais, municipais e as escolas têm sua autonomia. Porém, em março deste ano, foram aprovadas as diretrizes nacionais de educação em direitos humanos que preveem a inclusão do termo, e falta apenas a homologação do ministro Aloizio Mercadante para colocá-las em prática. "Não podemos impor, mas podemos promover o debate no Conselho Nacional de Educação", informou.



Saulo Cruz

A deputada Jô Moraes (C) apontou a importância dos três ministérios para o enfrentamento da violência.

PESQUISAR NOTÍCIAS

LER ÚLTIMAS NOTÍCIAS

NOTÍCIAS RELACIONADAS

CPMI da violência contra a mulher fará audiências públicas nos estados

Militantes reclamam falta de recursos para equipamentos públicos de proteção à mulher

Violência contra a mulher: 7% das cidades têm delegacias especializadas

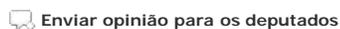
Decisão do STF facilita efetivação da Lei Maria da Penha, dizem deputadas

LEIA MAIS SOBRE

- mulheres
- violência

Da Redação/MCD
(com informações da Liderança do PCdoB)

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara de Notícias'



Agência Câmara de Notícias
Expediente

Telefones: (61) 3216.1851 / 3216.1852
Fale com a Agência Câmara de Notícias

A Câmara

Conheça a Câmara
Conselho de Altos Estudos
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Estrutura Administrativa
Mesa Diretora
Ouvidoria Parlamentar
Presidência
Procuradoria da Mulher
Procuradoria Parlamentar
Programas Institucionais

Deputados

Conheça os Deputados
Discursos e Notas Taquigráficas
Frentes Parlamentares
Histórico de Movimentação Parlamentar
Lideranças e Bancadas

Atividade Legislativa

Agenda
Comissões
Conheça o Processo Legislativo
Legislação
Orçamento Brasil
Plenário
Projetos de Lei e Outras Proposições
WebCâmara

Documentos e Pesquisa

Biblioteca Digital
Biblioteca e Arquivo
Fique por Dentro
Publicações e Estudos

Notícias

Agência Câmara
Assessoria de Imprensa
Banco de Imagens
Institucional
Jornal da Câmara
Rádio Câmara
TV Câmara

Transparência

A Transparência na Câmara
Acompanhe seu Deputado
Concursos
Cota para Exercício da Atividade
Parlamentar
Dados Abertos
Fiscalize o Orçamento
Gestão na Câmara dos Deputados
Licitações e Contratos
Recursos Humanos
Viagens em Missão Oficial

Responsabilidade Social

A prática na Câmara
Acessibilidade
Bosque dos Constituintes
EcoCâmara
Educação Legislativa e Estágios
Parlamento Jovem
Plenarinho
Programa Pró-Adolescente

Participe

E-Democracia
Eventos
Fale com a Ouvidoria
Fale com o Deputado
Fale Conosco
Fóruns e Bate-Papo
Redes Sociais
Sua proposta pode virar Lei

54ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - CEP 70160-900
CNPJ 00.530.352/0001-59

Telefone: +55 (61) 3216-0000 | Disque Câmara: 0800 619 619

[Acessibilidade](#) | [English](#) | [Español](#) | [Extranet](#) | [Fale Conosco](#) | [Glossário](#) | [Sobre o Portal](#)

